



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO GEOCIENCIAS DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

JEFERSON BISPO DOS SANTOS

**A IMPORTÂNCIA DO INSTITUTO CULTURAL STEVE BIKO, NO FOMENTO AO
RESGATE DA ANCESTRALIDADE E NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DA
CONSCIÊNCIA NEGRA DO POVO NEGRO DE SALVADOR (BAHIA).**

SALVADOR

2025

JEFERSON BISPO DOS SANTOS

**A IMPORTÂNCIA DO INSTITUTO CULTURAL STEVE BIKO, NO FOMENTO AO
RESGATE DA ANCESTRALIDADE E NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DA
CONSCIÊNCIA NEGRA DO POVO NEGRO DE SALVADOR (BAHIA).**

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal da Bahia, como exigência parcial para obtenção do título de bacharel em Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. Clímaco César Siqueira Dias.

**SALVADOR
2025**

JEFERSON BISPO DOS SANTOS

A IMPORTÂNCIA DO INSTITUTO CULTURAL STEVE BIKO, NO FOMENTO AO RESGATE DA ANCESTRALIDADE E NA PROMOÇÃO DA AUTOESTIMA DA CIDADANIA E DA CONSCIÊNCIA NEGRA DO POVO NEGRO DE SALVADOR (BAHIA).

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal da Bahia, como exigência parcial para obtenção do título de bacharel em Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. Clímaco César Siqueira Dias.

Aprovada em: 19/12/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Clímaco César Siqueira Dias

Documento assinado digitalmente

 CLIMACO CESAR SIQUEIRA DIAS
Data: 05/01/2026 13:57:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dra. Flora Sousa Pidner

Documento assinado digitalmente

 FLORA SOUSA PIDNER
Data: 05/01/2026 16:55:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a . Ma. Jamila Reis Gomes

Documento assinado digitalmente

 JAMILA REIS GOMES
Data: 06/01/2026 14:09:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Salvador
2025**

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus filhos Jenifer Oliveira e Jenerson Oliveira, cuja presença constante, apoio emocional e incentivo foram fundamentais para que eu mantivesse a motivação durante toda a caminhada acadêmica.

Sou profundamente grato ao meu amigo Gilton Santos, pela amizade sólida, pelas conversas que me fortaleceram e por nunca hesitar em oferecer ajuda nos momentos em que mais precisei.

À minha ex-companheira Verônica Oliveira, deixo meu sincero reconhecimento pelo apoio oferecido em parte importante da minha trajetória, contribuindo para que eu permanecesse firme na busca pelos meus objetivos.

Registro minha gratidão ao meu orientador, Professor Clímaco Dias, pela orientação segura, pelas contribuições críticas e por todo acompanhamento dedicado ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Ao Instituto Cultural Steve Biko, manifesto meu especial agradecimento pelo compromisso com a educação e transformação social, e por ter contribuído diretamente para minha formação crítica, humana e profissional.

Agradeço, ainda, a Ivanete Peixoto, pelo incentivo constante, pelas palavras de força e por acreditar no meu potencial mesmo nos momentos de incerteza.

A todas e todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção deste percurso, deixo registrado meu mais sincero muito obrigado.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao Instituto Cultural Steve Biko, casa que acende faróis no caminho de jovens negros, onde cada aula é um gesto de afirmação e cada palavra é uma forma de libertação. À instituição que, desde 1992, transforma vidas com a força do conhecimento e com a coragem de dizer que não estamos sós, ofereço estas páginas como agradecimento e continuidade de sua missão.

Dedico também ao centenário de Milton Santos, mestre da Geografia e da humanidade. Sua obra, ainda viva, luminosa e necessária, nos ensina que o espaço é feito de gente, de encontros, de conflitos e de esperança. Em seu legado encontro não apenas teoria, mas destino: um convite para pensar o mundo com justiça e para acreditar que outra globalização é possível.

Assim, este trabalho se ergue como homenagem e como promessa: a de caminhar com consciência, de estudar com responsabilidade e de honrar aqueles que abriram caminhos antes de mim.

RESUMO

A presente monografia analisa a importância do Instituto Cultural Steve Biko para o resgate da ancestralidade africana, a valorização da identidade negra e o fortalecimento da autoestima de jovens negros em Salvador-BA, por meio da educação. O objetivo geral consiste em compreender de que forma o Instituto contribui para a formação cidadã e para a criação de oportunidades educacionais capazes de enfrentar desigualdades estruturais. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e documental, fundamentada em revisão bibliográfica, análise de documentos institucionais e aplicação de questionários semiestruturados a estudantes, professores e gestores, compondo um estudo de caso sobre a atuação da Biko desde 1992. Os resultados evidenciam que o Instituto desempenha papel decisivo na preparação de jovens para o ingresso e a permanência no ensino superior, articulando práticas pedagógicas antirracistas, consciência ancestral e desenvolvimento identitário. As respostas analisadas indicam impacto significativo na autoestima racial, no desempenho escolar e no enfrentamento do racismo. Conclui-se que o Instituto Cultural Steve Biko representa uma experiência educacional transformadora, configurando-se como referência nacional na luta contra o racismo estrutural e na construção de caminhos de emancipação social.

Palavras-chave: Instituto Cultural Steve Biko; educação; racismo estrutural.

ABSTRACT

This monograph focuses on the importance of the Steve Biko Cultural Institute in the recovery of ancestry and the promotion of self-esteem among the Black population of Salvador-BA, through the lens of education. The main objective is to analyze how the Institute contributes to the valorization of Black identity and the creation of educational opportunities that address structural inequalities. The research adopts a qualitative, exploratory, and documental approach, based on a literature review, analysis of institutional documents, and a case study of the Institute's activities since its founding in 1992. The results indicate that the Steve Biko Cultural Institute has been fundamental in preparing young Black individuals for higher education, integrating academic content with Afro-Brazilian history and culture, thereby strengthening critical consciousness and racial self-esteem. Moreover, the Institute's experience constitutes a model of anti-racist education, combining ancestry, identity, and citizenship as tools for social empowerment. It is concluded that the Institute represents a transformative educational practice, serving as a reference in the fight against structural racism and in building a more just and equitable society.

Keywords: Steve Biko Cultural Institute; education; structural racism

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Distribuição racial da população de Salvador (Censo 2022).	18
Figura 2- Taxa de abandono escolar no ensino médio – Brasil e Bahia (2020–2023)	26
Figura 3- Estudantes negros beneficiados por cotas raciais no Brasil (2012–2023).	31
Figura 4- Sede do Instituto Cultural Steve Biko em Salvador.	36
Figura 5- Taxa de acesso ao ensino superior no Brasil por cor/raça (2001–2023).	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

PNE – Plano Nacional de Educação

SNE – Sistema Nacional de Educação

STJ – Superior Tribunal de Justiça

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Objetivos	13
1.1.1 Objetivo geral	13
1.1.2 Objetivos específicos.....	13
2 METODOLOGIA.....	15
3 UMA BREVE HISTÓRIA DE SALVADOR	17
3.1 A escravidão na Bahia.....	18
4 UMA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO	23
4.1 Salvador do século XX	23
4.2 A periferia de Salvador	24
4.3 Morfologia Periférica de Salvador	27
5 RACISMO NO BRASIL.....	29
6 ESPAÇOS DE RESISTENCIA.....	32
6.1. Blocos Afro e Cultura como Resistência	32
6.2 O Instituto Cultural Steve Biko.....	33
7 IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 E O PAPEL DO INSTITUTO COMO REFERÊNCIA PRÁTICA	40
8 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	42
8.1 Fortalecimento da identidade racial e consciência ancestral	42
8.2 Compreensão da ancestralidade africana	42
8.3 Desempenho escolar e permanência educativa.....	43
8.4 Adequação das práticas pedagógicas e educação antirracista	43
8.5 Enfrentamento do racismo e impacto comunitário	43
8.6 Impacto geral da Biko na formação educacional e cidadã.....	44
8.7 A Steve Biko como Tecnologia Social Negra e Inovação Pedagógica	44
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

A questão racial ocupa um lugar central na formação social, cultural e política do Brasil. Desde o período colonial, o país construiu sua identidade marcada pela presença da população africana escravizada, que, mesmo diante da violência da escravidão e do racismo estrutural, deixou profundas marcas de resistência e de produção cultural. Contudo, as desigualdades raciais persistem como uma herança perversa desse processo histórico, refletindo-se no acesso limitado a direitos básicos, como educação, saúde, moradia e trabalho digno, especialmente para a população negra. Nesse contexto, pensar alternativas que promovam o resgate da ancestralidade, a valorização identitária e o fortalecimento da autoestima do povo negro torna-se fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Salvador, capital da Bahia, é um espaço simbólico e estratégico para compreender essa realidade. Com uma das maiores proporções de população negra do mundo fora do continente africano, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (2022), a cidade foi um dos principais portos de entrada de africanos escravizados nas Américas, tornando-se palco de intensos processos de resistência, como o Levante Malê de 1835 e outras revoltas.

A presença da cultura afro-brasileira é visível na religiosidade, na música, na culinária, nas festas populares e nas práticas comunitárias, configurando a cidade como um território de resistência e de memória viva da diáspora africana. Apesar disso, a população negra de Salvador continua sendo a mais afetada pelas desigualdades sociais e pelo racismo estrutural, sobretudo em seus territórios periféricos, onde o acesso à educação de qualidade e à mobilidade social ainda representam um desafio cotidiano.

É nesse cenário que se insere o Instituto Cultural Steve Biko, fundado em 1992, em Salvador, como uma das primeiras iniciativas educacionais voltadas especificamente para a juventude negra no Brasil. Inspirado no líder sul-africano Steve Biko, símbolo da luta contra o apartheid, o Instituto tem como missão central promover a valorização da ancestralidade africana, fortalecer a autoestima da população negra e criar oportunidades concretas de acesso à educação superior. Por meio de cursos pré-vestibulares, oficinas culturais, formações críticas e espaços de debate, a instituição contribui para que jovens negros e negras possam

não apenas ingressar em universidades, mas também compreender e se orgulhar de sua identidade racial, combatendo os estigmas impostos historicamente pela sociedade brasileira.

A relevância de pesquisar o Instituto Cultural Steve Biko reside no fato de que ele representa um modelo de resistência e de transformação social que articula educação, identidade e ancestralidade como ferramentas de emancipação. Nesse sentido, a questão que orienta este trabalho pode ser formulada da seguinte maneira: de que forma o Instituto Cultural Steve Biko contribui para o resgate da ancestralidade africana e para a promoção da autoestima negra em Salvador, pelo viés da educação? A resposta a essa problemática permitirá compreender não apenas os impactos de uma experiência educacional antirracista, mas também os limites e os desafios de se enfrentar o racismo estrutural por meio da valorização cultural e da formação cidadã.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a importância do Instituto Cultural Steve Biko para o resgate da ancestralidade e a promoção da autoestima negra em Salvador, pelo viés da educação. Para alcançar esse propósito, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (i) resgatar o contexto histórico de Salvador e sua herança africana; (ii) identificar transformações sociais e urbanas que afetam a população negra; (iii) discutir o racismo estrutural no Brasil e em Salvador; (iv) analisar experiências de resistência cultural e educacional, como os blocos afro e o próprio Instituto Steve Biko; e (v) avaliar a contribuição do Instituto na formação identitária e educacional dos jovens negros.

A metodologia adotada é de caráter qualitativo e exploratório, baseada em revisão bibliográfica, análise documental e estudo de caso, articulados à aplicação de questionários semiestruturados. As fontes incluem livros, artigos acadêmicos, legislações pertinentes, como a Lei nº 10.639/2003, materiais institucionais produzidos pelo próprio Instituto, além das respostas aos questionários aplicados a estudantes, professores e gestores. A análise buscará compreender, de forma crítica, a relação entre racismo estrutural, educação e resistência, tomando o Instituto Steve Biko como exemplo de prática transformadora no enfrentamento das desigualdades raciais.

Quanto à organização, este trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: no Capítulo I, será apresentada uma contextualização da fundação da cidade de Salvador, destacando a escravidão na Bahia e o Levante Malê como

marcos de resistência negra. O Capítulo II discutirá as transformações sociais e urbanas de Salvador, evidenciando o impacto da segregação socioespacial sobre a população negra periférica. O Capítulo III abordará o racismo no Brasil, enfatizando sua dimensão estrutural e institucional e suas consequências para a juventude negra. No Capítulo IV, serão analisados os espaços de resistência cultural, com destaque para os blocos afro baianos e, em especial, para o Instituto Cultural Steve Biko, ressaltando suas práticas educacionais e culturais no combate ao racismo e na valorização da identidade negra. Por fim, serão apresentadas as considerações finais, retomando as principais reflexões e apontando perspectivas para futuras pesquisas.

Assim, a presente monografia busca não apenas compreender a trajetória e a relevância do Instituto Cultural Steve Biko, mas também contribuir para o debate acerca do papel da educação na luta antirracista e na construção de caminhos que resgatem a ancestralidade e promovam a autoestima da população negra em Salvador e no Brasil.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a importância do Instituto Cultural Steve Biko na promoção da identidade negra, no fortalecimento da autoestima e na construção de oportunidades educacionais para jovens negros da cidade de Salvador (Bahia), a partir de uma perspectiva de educação antirracista.

1.1.2 Objetivos específicos

- Compreender o papel do Instituto Cultural Steve Biko no resgate da ancestralidade africana e na valorização da identidade negra;
- Identificar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelo Instituto e sua relação com a implementação da Lei nº 10.639/2003;
- Analisar as percepções de estudantes, professores e gestores sobre os impactos educacionais, identitários e sociais das ações promovidas pelo Instituto;

- Refletir sobre a atuação do Instituto Cultural Steve Biko como espaço de resistência, formação crítica e inovação pedagógica no enfrentamento do racismo estrutural.

2 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida possui abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, voltada à compreensão das relações entre racismo estrutural, identidade negra, educação e práticas comunitárias de resistência. A opção por uma abordagem qualitativa se justifica pela natureza do objeto estudado, que envolve percepções, trajetórias, vínculos simbólicos e experiências socioculturais que não poderiam ser adequadamente capturados por métodos exclusivamente quantitativos.

O estudo articulou três procedimentos principais: revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de questionários semiestruturados. A revisão bibliográfica abrangeu autores que discutem relações étnico-raciais, segregação socioespacial, educação antirracista e resistência negra, além de análises sobre a formação histórica de Salvador e a atuação de movimentos negros na cidade. A análise documental incluiu legislações pertinentes, como a Lei 10.639/2003, textos institucionais da própria Biko e produções relacionadas às suas práticas formativas.

A pesquisa empírica foi realizada por meio da aplicação de questionários semiestruturados em dois recortes temporais distintos, abrangendo os períodos de 2017 a 2019 e de 2024 a 2025, o que permitiu captar tanto percepções consolidadas ao longo do tempo quanto experiências mais recentes relacionadas à atuação do Instituto Cultural Steve Biko. Os instrumentos foram aplicados a estudantes, professores e gestores vinculados à instituição, considerando-se diferentes trajetórias educacionais e vivências formativas. No caso dos estudantes, observou-se a diversidade territorial dos participantes, oriundos de bairros periféricos de Salvador, tais como Engenho Velho da Federação, Fazenda Garcia, Sussuarana, Alto de Coutos, Paripe, Cajazeiras e Mata Escura. A delimitação temporal e espacial da pesquisa contribui para conferir maior rigor metodológico à análise, ao mesmo tempo em que possibilita compreender o alcance social e educacional do Instituto em diferentes contextos urbanos.

A escolha pelo questionário semiestruturado permitiu combinar a organização dos dados com a flexibilidade necessária para registrar percepções, narrativas e interpretações individuais. A aplicação ocorreu de forma voluntária e anônima, preservando a confidencialidade das respostas. As informações obtidas foram agrupadas em categorias de análise relacionadas aos eixos temáticos discutidos ao

longo do trabalho: identidade racial, ancestralidade, desempenho escolar, práticas pedagógicas, enfrentamento do racismo e impacto geral do Instituto na formação dos participantes.

A análise dos dados considerou tanto a frequência das respostas fechadas quanto os conteúdos qualitativos presentes nas justificativas abertas, que ofereceram nuances importantes para a interpretação dos resultados. Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou articular teoria e prática, permitindo compreender como o Instituto Steve Biko atua na construção da identidade negra e na promoção da educação antirracista em Salvador.

3 UMA BREVE HISTÓRIA DE SALVADOR

A fundação da cidade de Salvador, em 1549, representou a instalação do primeiro núcleo urbano planejado pelos colonizadores portugueses no território brasileiro. Desde sua origem, a cidade foi concebida como sede administrativa e política da colônia, articulando funções de governo, defesa militar e comércio atlântico (Orlandi, 2011). Além de sua posição geográfica privilegiada, com uma baía abrigada e de fácil acesso às rotas marítimas, a escolha do local também atendeu a objetivos estratégicos de defesa. A escarpa que separa a Cidade Alta da Cidade Baixa funcionava como barreira natural contra invasões, conferindo ao sítio condições favoráveis para proteção militar e vigilância costeira. Por esses fatores, Salvador consolidou-se como ponto estratégico para a administração e para o controle do sistema colonial português.

A configuração espacial da cidade foi marcada pela divisão entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa, estabelecendo um modelo urbano hierárquico que expressava a separação entre as atividades administrativas e religiosas, concentradas na parte alta, e as funções portuárias e comerciais, na parte baixa (Santos, 1959). Essa organização não apenas refletia a lógica de dominação colonial, mas também estruturava as relações sociais e de poder que se reproduziram ao longo dos séculos.

Além de centro administrativo, Salvador consolidou-se como espaço de permanências e transformações culturais. Ao longo de mais de quatro séculos, manteve-se como capital simbólica da presença portuguesa no Atlântico Sul e, ao mesmo tempo, foi sendo ressignificada pelas práticas sociais da população negra que passou a constituir a maioria de seus habitantes (Vasconcelos, 2016). Essa dinâmica contraditória entre planejamento colonial e resistência cultural evidencia como a fundação da cidade não pode ser entendida apenas como um ato político-administrativo, mas como o início de um processo de disputas territoriais e identitárias que marcariam sua história.

Salvador possui uma das maiores proporções de população negra do mundo fora do continente africano, de acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE (2022), e esse dado demográfico é fundamental para compreender tanto as

expressões culturais quanto as desigualdades sociais que estruturam o espaço urbano.

Distribuição Racial da População de Salvador (Censo 2022)

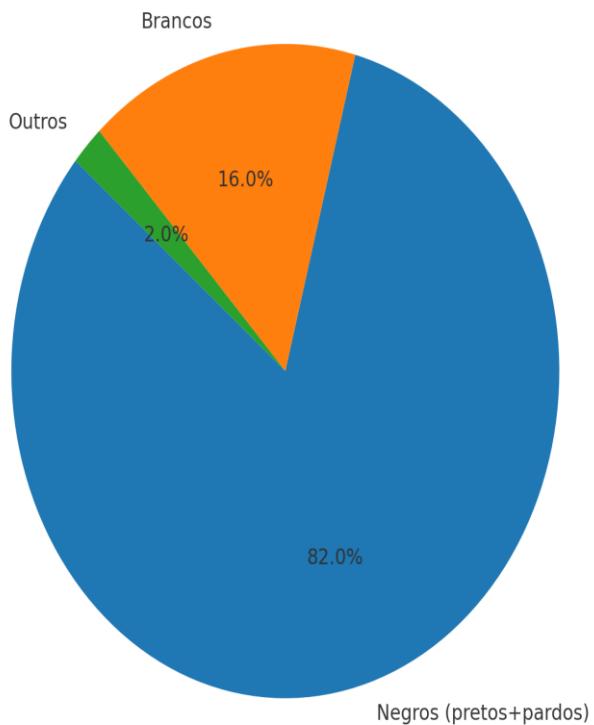


Figura 1- Distribuição racial da população de Salvador (Censo 2022).
Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2022).

Apesar da predominância da população negra, Salvador ainda apresenta elevados índices de desigualdade racial, especialmente no acesso à educação, saúde e renda. Essa contradição explicita a necessidade de políticas e práticas que promovam equidade, como as iniciativas do movimento negro educacional.

3.1 A escravidão na Bahia

A escravidão na Bahia constituiu-se como um dos pilares fundamentais da economia colonial e imperial, sendo Salvador um dos principais portos de chegada de africanos escravizados durante os séculos XVI ao XIX. O porto da capital baiana foi não apenas uma porta de entrada de cativos para o Brasil, mas também um elo central do tráfico atlântico que conectava a África, a América e a Europa. Como destaca Vasconcelos (2024), Salvador desempenhou papel crucial na formação do Sistema Internacional Moderno, servindo de entreposto comercial e humano em uma rede que

sustentava o colonialismo europeu e a acumulação de capital. Essa função fez da cidade uma das principais bases da diáspora africana nas Américas, cujas consequências sociais, culturais e políticas reverberam até a atualidade.

No contexto urbano, a presença africana foi determinante para a conformação de Salvador como uma cidade diaspórica. A noção de “Roma Negra”, atribuída à capital baiana, traduz a intensidade da contribuição africana na organização do espaço, na cultura e nas relações sociais locais (Da Silva, 2018). A grande concentração de africanos escravizados e seus descendentes resultou em uma cidade marcada por tensões, resistências e permanências culturais. Não se trata apenas da presença numérica, mas também do peso simbólico e cultural de práticas religiosas, linguísticas e laborais que moldaram a identidade da cidade. Salvador consolidou-se, assim, como uma das maiores cidades negras fora da África, lugar de síntese, mas também de conflitos entre a ordem colonial e a luta por liberdade.

O sistema escravista em Salvador se distinguiu de outras regiões brasileiras pela complexidade de sua configuração urbana. Diferentemente das áreas rurais, onde predominava o trabalho nas plantações de açúcar e tabaco, na cidade os cativos exerciam funções múltiplas. Souza et al. (2010) destacam a diferença entre o trabalho doméstico, conhecido como “serviço de casa”, e o trabalho remunerado externo, chamado “ganho”. Essa dinâmica permitia a alguns escravizados certa circulação pela cidade, ainda que sempre sob vigilância e exploração. Essa relativa mobilidade possibilitava estratégias de resistência, redes de sociabilidade e até o acúmulo de recursos que, em alguns casos, resultavam na compra da alforria.

Outra característica relevante foi a diversidade das ocupações urbanas. Oliveira (2021) analisa o trabalho em talhos, barracas e outros espaços comerciais, evidenciando como africanos, crioulos, libertos e escravizados partilhavam os mesmos ambientes laborais. Esses espaços não apenas garantiam a sobrevivência da população negra, mas também funcionavam como locais de trocas culturais e organização social. Tal dinâmica contribuiu para a construção de uma identidade coletiva marcada pela pluralidade de experiências e pela contínua negociação entre dominação e resistência.

Apesar da brutalidade do regime, a escravidão urbana em Salvador também abriu brechas para formas de contestação e resistência cotidiana. O chamado “negro de ganho”, que circulava pela cidade prestando serviços e vendendo produtos, representava um ponto de tensão no sistema. Essa prática permitia aos escravizados

manter vínculos comunitários, organizar redes de solidariedade e preservar elementos culturais africanos, mesmo sob forte repressão (Souza et al., 2010). A própria circulação pelo espaço urbano favorecia encontros religiosos, articulação de levantes e manutenção de línguas africanas.

A Bahia, especialmente Salvador e o Recôncavo, recebeu diferentes etnias africanas ao longo dos séculos, como iorubás, jejes, haussás e angolas. Essa diversidade enriqueceu a vida cultural da cidade, mas também impôs desafios de convivência. De acordo com Da Silva (2018), a configuração diaspórica de Salvador produziu uma sociedade de síntese, onde elementos africanos, portugueses e indígenas se entrecruzavam, mas sob forte hierarquia racial. A escravidão não apenas moldou a economia, mas estruturou as desigualdades sociais que se prolongariam após a abolição.

Por fim, é fundamental compreender que a escravidão na Bahia não se restringiu à exploração econômica, mas constituiu um projeto político de controle social e racial. Vasconcelos (2024) ressalta que o tráfico atlântico e a utilização de africanos escravizados em Salvador foram parte de um sistema mundial que perpetuava a desigualdade entre metrópoles e colônias. No entanto, mesmo diante de violência e repressão, os africanos e seus descendentes resistiram, criaram estratégias de sobrevivência e deixaram marcas profundas na configuração social da cidade. Esse legado de resistência, inscrito na história de Salvador, foi fundamental para a emergência de movimentos negros posteriores e para a fundação de instituições que continuam a lutar pela valorização da identidade negra.

3.2 O Levante Malê na Bahia

O Levante Malê, ocorrido em Salvador na madrugada de 25 de janeiro de 1835, constitui um dos episódios mais significativos de resistência escrava no Brasil. Liderada por africanos muçulmanos, em sua maioria nagôs (iorubás) e haussás, a revolta foi planejada para derrubar a ordem escravocrata, instaurar uma nova organização social e afirmar a identidade islâmica de seus protagonistas. Como destaca Ribeiro (2023), o movimento envolveu cerca de 600 participantes, número expressivo para o contexto da época, e foi marcado pela disciplina, pelo planejamento estratégico e pelo profundo caráter político e religioso. Embora tenha sido derrotado

em poucas horas, o levante deixou marcas duradouras na história da luta negra no Brasil.

O contexto social de Salvador no início do século XIX era de forte concentração de população africana. Estima-se que, em 1835, cerca de 40% dos habitantes da cidade eram escravizados, a maioria deles nascidos na África. Esse dado reforça a ideia de Salvador como uma cidade eminentemente diaspórica, onde tensões sociais, étnicas e religiosas se faziam intensas.

Conforme registrado por Júlio Santana Braga (1987), a Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD) teve sua origem em 16 de setembro de 1832, inicialmente sob o nome de Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, fundada por homens negros livres e libertos reunidos na Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Quinze Mistérios, em Salvador. A entidade tinha caráter mutualista e funcionava como rede de colaboração mútua, oferecendo apoio em casos de doença, invalidez, morte e contribuindo para a compra de cartas de alforria.

A dimensão religiosa do Levante Malê é um aspecto central para sua compreensão. Os rebeldes eram muçulmanos que liam e escreviam em árabe, organizavam-se em torno de práticas islâmicas e buscavam, no Corão, inspiração para a luta contra a escravidão. Como lembram Santos et al. (2022), essa presença muçulmana foi fundamental não apenas para a articulação da revolta, mas também para a construção de uma memória coletiva que, entretanto, foi sistematicamente silenciada nos espaços oficiais de memória. O esquecimento deliberado da participação islâmica e africana no episódio mostra como a história oficial buscou minimizar o potencial revolucionário da revolta.

O espaço urbano de Salvador foi elemento crucial para a eclosão e repressão do levante. Os revoltosos se deslocaram pelas ruas da Cidade Alta, atacando prédios públicos e quartéis, antes de serem contidos pela Guarda Nacional. Suzano Junior (2021) observa que, ao analisarmos a revolta a partir da geografia renovada proposta por Milton Santos, percebemos como as “rugosidades” do espaço urbano isto é, as permanências históricas inscritas na paisagem influenciaram a circulação e a resistência dos Malês. As ruas estreitas, as ladeiras e as praças funcionaram tanto como pontos de encontro e mobilização quanto como obstáculos diante da repressão organizada pelas autoridades.

Um ponto relevante é que o levante foi organizado majoritariamente por africanos nascidos no continente, e não pelos crioulos, negros nascidos no Brasil.

Essa distinção revela tensões internas entre diferentes grupos da população negra de Salvador. Ribeiro (2023) destaca que os africanos muçulmanos mantinham uma identidade própria, fortalecida por redes de solidariedade e por sua formação religiosa, o que lhes permitiu organizar uma revolta de caráter claramente político. Esse traço evidencia como a diversidade da população escravizada podia gerar tanto solidariedade quanto conflitos, dependendo das circunstâncias históricas.

Embora derrotado, o Levante Malê teve grande impacto simbólico. Ele evidenciou a possibilidade concreta de insurreição em larga escala e inspirou temor duradouro nas elites escravistas. O governo imperial reforçou medidas de controle sobre africanos libertos e escravizados, temendo que a experiência haitiana pudesse se repetir em Salvador. A repressão ao levante reforçou também a importância de instituições negras autônomas, como a Sociedade Protetora dos Desvalidos, que passaram a ser espaços de resistência legalizada, em contraponto à luta armada derrotada.

Por fim, o legado do Levante Malê permanece como símbolo da resistência negra e da luta pela liberdade no Brasil. Santos et al. (2022) apontam que, apesar do silêncio das instituições oficiais de memória, os Malês continuam presentes na cultura popular, na historiografia crítica e nas práticas religiosas afro-brasileiras. O movimento representa não apenas a luta contra a escravidão, mas também a afirmação de uma identidade africana e islâmica que resistiu à opressão colonial. Ao resgatar sua memória, reconhece-se que a liberdade no Brasil não foi uma concessão da elite, mas resultado de lutas persistentes dos povos africanos e seus descendentes.

4 UMA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO

A cidade de Salvador, ao longo de sua história, passou por intensos processos de mudança que refletiram tanto dinâmicas econômicas e urbanas quanto tensões sociais e culturais. Do período colonial à contemporaneidade, a capital baiana consolidou-se como espaço de contrastes: lugar de grande riqueza simbólica e cultural, mas também de profundas desigualdades estruturais. No século XX, essas transformações tornaram-se ainda mais evidentes, com a urbanização acelerada, a industrialização, a expansão das periferias e a redefinição de espaços de sociabilidade da população negra. Analisar esse processo de transformação é fundamental para compreender as condições históricas e sociais que moldaram a vida cotidiana dos soteropolitanos e, sobretudo, os desafios enfrentados pela população negra diante das contradições entre modernização e exclusão social.

4.1 Salvador do século XX

O século XX marcou profundas transformações na cidade de Salvador, especialmente no que se refere ao crescimento urbano, às mudanças nas relações de trabalho e ao processo de modernização econômica. Carvalho e Arantes (2022) destacam que a capital passou por um período de rápida expansão, marcado pela urbanização desordenada e pelo aprofundamento das desigualdades socioespaciais. Parte desse processo esteve associada à industrialização, à instalação da Petrobras no Recôncavo e à posterior construção do Polo Petroquímico de Camaçari, que redesenharam a dinâmica econômica regional. Como demonstra Furtado (2021), essas mudanças contribuíram para a fragmentação do território que compunha o Recôncavo tradicional e favoreceram o surgimento de uma Região Metropolitana com fluxos, demandas e formas de ocupação distintas do padrão rural e portuário que predominara até meados do século XX. Nesse contexto, Salvador consolidou-se como uma metrópole marcada pela coexistência entre modernização e precariedade, fenômeno típico das cidades do Sul Global, como analisa Santos (2022).

As transformações econômicas e urbanas também evidenciaram a permanência das desigualdades raciais na capital baiana. Theodoro (2022) ressalta que, mesmo após o fim da escravidão, a população negra não foi incorporada de maneira efetiva ao mercado de trabalho nem às instituições educacionais,

perpetuando um ciclo histórico de exclusão. Essa condição se refletiu ao longo do século XX na vulnerabilidade social e na dificuldade de acesso aos direitos básicos para grande parte das famílias negras de Salvador, realidade que, segundo Gomes (2017), só começou a ser enfrentada com a mobilização dos movimentos negros a partir da segunda metade do século.

Milton Santos (2022), ao analisar as metamorfoses do espaço habitado, enfatiza que Salvador se tornou exemplo de como a urbanização periférica brasileira combina modernidade e desigualdade. A cidade reproduziu dinâmicas típicas de países do Sul Global, nos quais as tecnologias e o capital avançam seletivamente, sem atender às necessidades básicas da maioria da população. Nesse sentido, Salvador revela a contradição entre progresso econômico e exclusão social.

A globalização também deixou sua marca. Como argumenta Santos (2023), em Por uma outra globalização, cidades como Salvador foram inseridas de maneira subordinada no processo global, servindo como destinos turísticos e centros de consumo, mas sem enfrentar as raízes da desigualdade histórica. Assim, a Salvador da segunda metade do século XX, consolidou-se como metrópole marcada por um crescimento urbano intenso, porém excludente, cujas consequências estruturaram os desafios da cidade até hoje.

4.2 A periferia de Salvador

A periferia de Salvador é resultado direto do processo de urbanização desigual que caracterizou o século XX. Carvalho e Arantes (2022) destacam que a cidade se expandiu de forma fragmentada, marcada pela ausência de planejamento e pela lógica da especulação imobiliária. Nesse cenário, as camadas populares foram empurradas para áreas periféricas, muitas vezes carentes de infraestrutura básica. A periferia, assim, não é apenas um espaço físico distante do centro, mas também um espaço social marcado pela precariedade e pela segregação.

Segundo Gomes (2021), a segregação espacial em Salvador é estrutural, manifestando-se na separação entre áreas valorizadas – ocupadas pelas elites – e áreas de exclusão, onde predominam populações negras e pobres. Essa segregação não é apenas geográfica, mas também simbólica, reproduzindo estigmas e reforçando desigualdades. A cidade se fragmenta em territórios de oportunidades e territórios de

carência, revelando a persistência do racismo estrutural na organização do espaço urbano.

A vida cotidiana na periferia de Salvador revela que esses territórios não podem ser reduzidos a espaços de carência, pois neles se produzem vínculos, práticas culturais e formas de resistência fundamentais para a dinâmica urbana. Como demonstra Dias (2019), a permanência das populações nos bairros populares está profundamente relacionada aos laços comunitários construídos entre vizinhos e parentes, que sustentam a vida cotidiana mesmo diante da violência e da ausência do Estado. Em sua pesquisa, o autor mostra que “a força dos laços entre parentes e vizinhos cria sentimentos de vínculos ao lugar que são [...] a base para se promover as transformações e tecer a teia do período popular da história” (Dias, 2019, p. 194). Essa leitura reforça que as periferias de Salvador constituem espaços de sociabilidade, solidariedade e expressão cultural, cujas práticas cotidianas não apenas desafiam estigmas, mas também afirmam identidades que estruturam a cidade.

Silva (2023) reforça que a precariedade da infraestrutura urbana na periferia soteropolitana aprofunda desigualdades socioespaciais. Problemas como falta de saneamento, transporte insuficiente e moradias precárias afetam diretamente a qualidade de vida da população. A ausência do Estado nessas áreas é um traço marcante, evidenciando a seletividade da urbanização. Isso contribui para a perpetuação de ciclos de pobreza, já que a falta de serviços públicos limita as oportunidades de mobilidade social.

Nesse contexto, a periferia de Salvador deve ser entendida não apenas como um “resto” da cidade formal, mas como um espaço central para compreender a dinâmica urbana. É nela que se expressam, de forma mais intensa, as contradições do desenvolvimento capitalista dependente e excludente. Reconhecer a centralidade da periferia significa valorizar suas formas de resistência, mas também denunciar as políticas que a relegaram a um papel marginal.

A evasão escolar é um dos principais entraves para a continuidade dos jovens negros no sistema educacional. No caso da Bahia, estado com maior população negra do Brasil, os índices de abandono escolar superam a média nacional, revelando a precariedade estrutural e a ausência de políticas públicas eficazes no enfrentamento do problema.

Além dessas dimensões estruturais, Dias (2019) evidencia que a vida na periferia soteropolitanamente é marcada por uma dinâmica comunitária complexa, na qual convivem medo, solidariedade, conflitos e práticas culturais que organizam o cotidiano. O autor observa que “a rua é a vida em seus pulsares”, funcionando simultaneamente como espaço de encontro, lazer, trabalho e tensão (Dias, 2019, p. 251). Esses territórios revelam uma ecologia própria, na qual relações de vizinhança, parentesco e circulação cotidiana desafiam a lógica individualista que marca outras áreas da cidade. Para o autor, mesmo diante da violência e da ausência histórica do Estado, os bairros populares produzem formas de pertencimento que sustentam a permanência dos moradores, fortalecendo redes de apoio que atravessam gerações. Ao destacar essas práticas, o autor mostra que a periferia de Salvador não é apenas locus de precariedade, mas um espaço ativo de produção social, política e afetiva, capaz de forjar identidades e reorganizar a vida urbana para além dos estigmas que lhe são impostos.

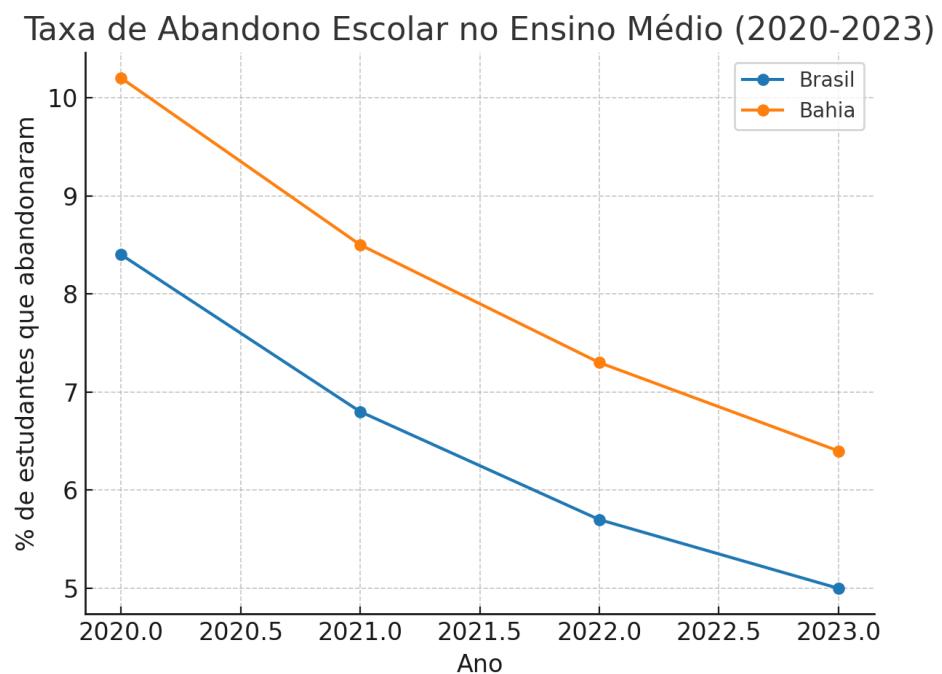


Figura 2- Taxa de abandono escolar no ensino médio – Brasil e Bahia (2020-2023).

Fonte: INEP (2023).

Observa-se que, apesar de uma redução geral na evasão escolar, a Bahia mantém percentuais mais altos que a média nacional, evidenciando as desigualdades regionais. Essa realidade reforça a importância de iniciativas como o Instituto Cultural Steve Biko, que atuam na permanência e no fortalecimento educacional da juventude negra.

4.3 Morfologia Periférica de Salvador

A morfologia periférica de Salvador revela como a cidade se expandiu a partir de um processo fragmentado e desigual. Segundo Carvalho e Arantes (2022), a urbanização soteropolitana gerou uma estrutura polinucleada, marcada pela coexistência de áreas centrais verticalizadas e bairros periféricos de crescimento desordenado. Essa morfologia traduz a dinâmica de uma cidade que cresceu rapidamente, mas sem planejamento adequado.

A análise da morfologia urbana permite perceber que as periferias de Salvador combinam traços de ocupação espontânea com projetos habitacionais estatais. Silva (2023) mostra que, em muitos bairros periféricos, a falta de infraestrutura básica é resultado da ocupação irregular de terrenos sem acompanhamento técnico. Por outro lado, mesmo em áreas onde houve intervenções planejadas pelo Estado, como em partes de Cajazeiras, a expansão urbana ocorreu de forma híbrida: enquanto alguns setores foram projetados, encostas, vales e áreas de cumeada já estavam ocupados espontaneamente antes da conclusão dos conjuntos. Essa sobreposição entre planejamento parcial e ocupação informal contribuiu para reproduzir a lógica da segregação, concentrando populações pobres em regiões afastadas do centro econômico.

Sousa, Santos e Oliveira (2022) destacam que a morfologia periférica não é apenas física, mas também simbólica. A disposição espacial das casas, ruas e praças reflete práticas culturais e modos de vida próprios das comunidades negras. Ao mesmo tempo, a precariedade da infraestrutura e o isolamento físico reforçam a estigmatização social. Assim, a periferia soteropolitana expressa uma morfologia híbrida, onde convivem criatividade comunitária e exclusão estrutural.

Milton Santos (2022) afirma que o espaço urbano deve ser compreendido como produto social, resultado das relações históricas e econômicas que o moldam. Nesse sentido, a morfologia periférica de Salvador não pode ser entendida apenas como um

problema urbanístico, mas como resultado de um processo histórico de desigualdade e segregação. O espaço periférico materializa o racismo estrutural e a marginalização socioeconômica que marcam a história da cidade.

Por fim, Gomes (2021) ressalta que os efeitos da segregação espacial sobre a morfologia urbana são duradouros. As periferias de Salvador tendem a perpetuar um padrão de exclusão, no qual as populações pobres enfrentam maiores dificuldades de acesso a oportunidades. Contudo, é também nesses territórios que emergem formas de resistência e reorganização espacial que desafiam a lógica excludente.

5 RACISMO NO BRASIL

O racismo no Brasil é uma dimensão estrutural e histórica que atravessa as relações sociais desde o período colonial. Diferentemente de outras formas de discriminação, o racismo se consolidou como eixo organizador da sociedade, hierarquizando grupos sociais e naturalizando desigualdades. Seyferth (2002) destaca que a escravidão foi apenas a base inicial desse processo, mas o racismo se perpetuou após a abolição, adaptando-se às mudanças econômicas e políticas. A crença na democracia racial, construída ao longo do século XX, serviu como mito ideológico para mascarar práticas discriminatórias e impedir que a questão racial fosse tratada como um problema estrutural.

Mário Theodoro (2022) enfatiza que a formação da sociedade brasileira está diretamente associada à ideia de branquitude como padrão de poder. A branquitude, entendida como posição social privilegiada, não é apenas um atributo fenotípico, mas um conjunto de práticas, representações e privilégios historicamente produzidos. Nesse sentido, a desigualdade racial no Brasil não decorre apenas da escravidão passada, mas da manutenção de um sistema que favorece pessoas brancas em detrimento da população negra. Essa estrutura se manifesta no acesso à educação, ao mercado de trabalho, à justiça e à própria cidadania.

Um aspecto central do racismo brasileiro é o mito da cordialidade racial. Segundo Seyferth (2002), o Brasil construiu a imagem de nação miscigenada e harmoniosa, ocultando os mecanismos de exclusão que impedem a plena participação da população negra. Essa narrativa de democracia racial foi fortalecida por intelectuais como Gilberto Freyre, mas não resiste à análise empírica dos indicadores sociais, que revelam desigualdades persistentes. Ao ocultar o conflito racial, o mito da democracia racial atua como barreira simbólica à luta por direitos e pela reparação histórica.

Batista (2018) argumenta que a inferiorização da população negra é uma das principais expressões do racismo estrutural. Essa inferiorização se manifesta em estereótipos, práticas discriminatórias e no preconceito institucionalizado. A autora aponta que, ao longo da história brasileira, os negros foram sistematicamente associados à pobreza, à criminalidade e à marginalidade, reforçando um ciclo de

exclusão social. Tais estigmas não são meras percepções individuais, mas produtos de um sistema social que associa a cor da pele a oportunidades (ou à sua negação).

Outro elemento fundamental do racismo brasileiro é sua naturalização. Theodoro (2022) lembra que, em uma sociedade marcada pela desigualdade, muitos consideram as diferenças sociais como fruto do mérito individual, ignorando o peso da discriminação racial. Essa visão meritocrática, amplamente difundida, legitima a exclusão ao invisibilizar os obstáculos estruturais enfrentados pela população negra. A ideia de que todos têm as mesmas oportunidades ignora o histórico de políticas públicas excludentes e a ausência de reparações após a abolição.

O racismo também se reflete na produção de políticas públicas. Seyferth (2002) observa que, até o final do século XX, as ações governamentais evitaram reconhecer a questão racial como central. Somente a partir dos anos 2000, com a adoção de políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais no ensino superior, o Estado começou a enfrentar diretamente a desigualdade racial. No entanto, essas políticas encontram resistências significativas, revelando a força da branquitude na manutenção de privilégios.

A Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, representou um marco para a democratização do ensino superior no Brasil. A seguir, observa-se a evolução do número de estudantes negros beneficiados por essa política pública.

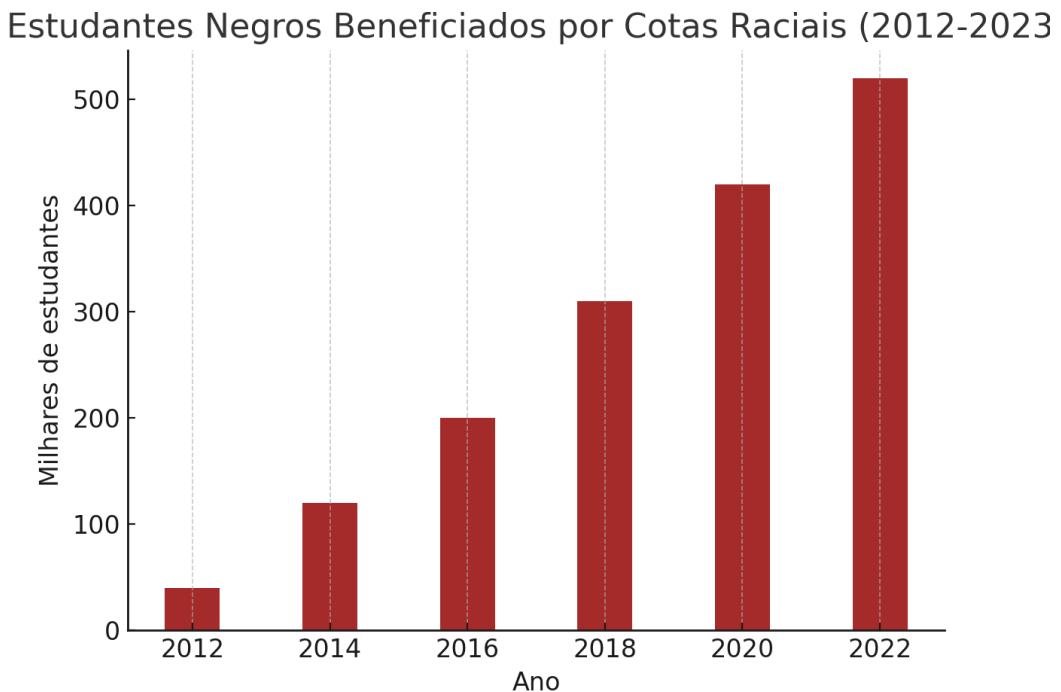


Figura 3- Estudantes negros beneficiados por cotas raciais no Brasil (2012-2023).

Fonte: MEC (2023).

O crescimento constante no número de estudantes negros cotistas revela o impacto positivo da política de ação afirmativa. No entanto, a experiência do Instituto Steve Biko demonstra que apenas a existência da lei não é suficiente: é necessário preparo, autoestima e suporte pedagógico para que esses jovens possam disputar e conquistar suas vagas no ensino superior.

Por fim, o racismo no Brasil deve ser compreendido como fenômeno estrutural que molda todas as esferas da vida social. Como sintetiza Batista (2018), não se trata de atitudes isoladas, mas de um sistema que inferioriza, exclui e silencia a população negra. A permanência de desigualdades raciais demonstra que a abolição da escravidão não significou inclusão social, mas apenas a reconfiguração de formas de exploração. Reconhecer essa realidade é condição fundamental para construir políticas eficazes de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial.

6 ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA

A trajetória da população negra em Salvador não pode ser compreendida apenas a partir das experiências de exclusão e marginalização. Ao longo da história, diferentes formas de resistência emergiram como estratégias de afirmação cultural, identidade e cidadania. Esses espaços, muitas vezes criados em contextos de adversidade, desempenharam papel central na luta contra o racismo estrutural, transformando práticas culturais, educacionais e políticas em instrumentos de emancipação coletiva.

Nesse sentido, compreender os blocos afro, as organizações comunitárias e, posteriormente, instituições como o Instituto Cultural Steve Biko, significa reconhecer que a resistência negra não se restringe à denúncia das desigualdades, mas também se expressa na criação de alternativas concretas para a valorização da ancestralidade e para a construção de novos horizontes de pertencimento.

6.1. Blocos Afro e Cultura como Resistência

Os blocos afro surgiram na década de 1970 em Salvador como um movimento cultural e político de afirmação da identidade negra. Mais do que simples expressões carnavalescas, eles foram concebidos como espaços de resistência frente ao racismo estrutural e à marginalização da população negra no Brasil. Segundo Risério (1981), o Ilê Aiyê, fundado em 1974, foi pioneiro nesse processo ao reivindicar a valorização da estética negra e a denúncia do preconceito racial. A partir dele, outros blocos afro emergiram na cidade, como o Olodum, o Muzenza e o Malê Debalê. Fundado em 1979 no bairro de Itapuã, o Malê Debalê consolidou-se como uma das expressões mais significativas da cultura afro-baiana, combinando música, dança e consciência política (Lima, 2014). Com esses coletivos, Salvador se afirmou como palco de uma profunda revolução cultural.

A música e a estética desempenharam papéis centrais nesse movimento. De acordo com Guerreiro (1992), os blocos afro ressignificaram o carnaval de Salvador ao inserir a batida percussiva como elemento de identidade, contrastando com os modelos eurocentrados até então predominantes. Essa musicalidade, inspirada em ritmos africanos e caribenhos, conectava os afrodescendentes à diáspora africana,

transformando a festa popular em ato político. A estética negra, por sua vez, foi exaltada por meio de roupas, penteados e símbolos que reforçavam o orgulho racial.

Além da dimensão cultural, os blocos afro tiveram um impacto político e social significativo. Pinho (2001) argumenta que o Ilê Aiyê e o Olodum funcionaram como escolas de consciência racial, educando jovens negros sobre sua ancestralidade e promovendo debates sobre racismo e cidadania. Nesse sentido, os blocos extrapolaram o carnaval, tornando-se instituições comunitárias de formação e empoderamento.

Outro ponto importante é a internacionalização do discurso dos blocos afro. O Olodum, em especial, ganhou projeção mundial ao participar de parcerias musicais com artistas como Paul Simon e Michael Jackson. Como observa Albuquerque (2009), essa visibilidade internacional ajudou a difundir globalmente a luta contra o racismo no Brasil e fortaleceu a autoestima da população negra local. A cultura afro-baiana tornou-se, assim, símbolo de resistência não apenas regional, mas global.

Os blocos também desempenharam papel essencial na construção de narrativas contra-hegemônicas. Segundo Sansone (2003), ao valorizar a negritude, eles desafiaram o mito da democracia racial e expuseram as contradições da sociedade brasileira. Essa postura crítica foi fundamental para a emergência de um movimento negro mais articulado, que utilizou a cultura como ferramenta de mobilização política.

Contudo, os blocos afro enfrentaram resistência e marginalização. Durante anos, foram criminalizados e acusados de segregacionistas por adotarem critérios de participação baseados na identidade racial. Como ressalta Risério (1981), essas críticas refletiam a dificuldade da sociedade brasileira em aceitar a valorização da identidade negra como prática legítima de resistência. Ainda assim, os blocos consolidaram-se como espaços de afirmação e sobrevivência cultural.

Atualmente, os blocos afro continuam desempenhando função central na luta antirracista. Eles se mantêm como espaços de educação informal, de promoção cultural e de fortalecimento comunitário, inspirando novas gerações. A cultura negra, celebrada e politizada por esses grupos, tornou-se uma das mais importantes estratégias de resistência contra o racismo estrutural no Brasil.

6.2 O Instituto Cultural Steve Biko

O Instituto Cultural Steve Biko foi fundado em Salvador, no ano de 1992, a partir da iniciativa coletiva de educadores, estudantes universitários e militantes do movimento negro que identificaram a necessidade de criar estratégias educacionais específicas para enfrentar a exclusão histórica da população negra do ensino superior. A instituição surge no contexto de ampliação do debate racial no Brasil pós-Constituição de 1988 e consolida-se como o primeiro curso pré-vestibular voltado prioritariamente para jovens negros no país. Desde sua criação por Sílvio Humberto dos Passos Cunha, Jorge Barbosa e Edson Mendes, o Instituto tem como eixo central a articulação entre formação acadêmica, consciência racial e engajamento político, assumindo a educação como instrumento de transformação social (Instituto Cultural Steve Biko, 2022; Dias, 2019).

O nome do Instituto homenageia Stephen Bantu Biko, conhecido internacionalmente como Steve Biko, líder sul-africano do Movimento de Consciência Negra e uma das principais referências da luta contra o regime do apartheid. Biko defendia que a libertação da população negra passava, necessariamente, pela reconstrução da autoestima, da identidade e da consciência histórica, entendendo que a opressão racial também se manifesta no plano simbólico e psicológico. Sua atuação política, interrompida de forma violenta em 1977, deixou um legado intelectual que influenciou movimentos negros em diferentes partes do mundo, inclusive no Brasil, especialmente no campo da educação e da afirmação identitária (Biko, 1978; Fundação Cultural Palmares, 2013).

A sede do Instituto Cultural Steve Biko localiza-se no Centro Histórico de Salvador, no bairro do Pelourinho, espaço simbólico marcado pela presença histórica da população negra e pela memória da escravidão no Brasil. A escolha desse território não é aleatória, mas politicamente significativa, pois reafirma a ocupação negra de um espaço central da cidade e fortalece o vínculo entre educação, identidade e território. A sede funciona como local de aulas, reuniões pedagógicas, atividades culturais e formação política, configurando-se como um ponto de referência para jovens oriundos de diferentes bairros periféricos da capital baiana (Instituto Cultural Steve Biko, 2022).

O corpo de educadores do Instituto é composto majoritariamente por professores, pesquisadores, universitários e militantes do movimento negro, com formação nas áreas de educação, ciências humanas e sociais. Esses educadores atuam de forma comprometida com uma pedagogia antirracista, que articula conteúdos acadêmicos tradicionais com debates sobre história da África, cultura afro-

brasileira, identidade racial e cidadania. Em grande parte, a atuação docente ocorre em regime de voluntariado ou colaboração solidária, reforçando o caráter comunitário da instituição e o compromisso político com a formação da juventude negra (Dias, 2019; Instituto Cultural Steve Biko, 2022).

O acesso dos estudantes ao Instituto ocorre por meio de processo seletivo próprio, realizado periodicamente, que busca identificar jovens negros oriundos de escolas públicas e de contextos sociais marcados por desigualdades educacionais. O processo seletivo envolve etapas como provas de conhecimentos básicos, produção textual e entrevistas, nas quais se avaliam não apenas o desempenho acadêmico, mas também o interesse do candidato pela proposta pedagógica e pelo compromisso com a formação crítica oferecida pela instituição. Essa seleção visa garantir que o Instituto atenda prioritariamente estudantes que historicamente tiveram menos oportunidades educacionais (Instituto Cultural Steve Biko, 2022).

Entre os componentes centrais da proposta pedagógica do Instituto destaca-se a disciplina Cidadania e Consciência Negra (CCN), que integra o currículo formativo dos estudantes. A CCN tem como objetivo promover reflexões sistemáticas sobre racismo, desigualdades raciais, história da população negra, identidade e direitos, funcionando como espaço de formação política e fortalecimento da consciência crítica. Essa disciplina diferencia o Instituto de cursinhos tradicionais ao inserir a dimensão racial como eixo estruturante do processo educativo, em consonância com os princípios da educação das relações étnico-raciais (Dias, 2019; Gomes, 2017).

A experiência do autor no Instituto Cultural Steve Biko também constitui elemento relevante para a compreensão da atuação institucional. A vivência no espaço da Biko possibilitou o contato direto com práticas pedagógicas antirracistas, debates sobre identidade negra e processos de formação coletiva, contribuindo para o fortalecimento da consciência racial. Essa trajetória evidencia, a partir de uma experiência concreta, os impactos que o Instituto exerce sobre jovens negros, reafirmando seu papel como espaço de acolhimento, formação crítica e transformação social.

Dessa forma, o Instituto Cultural Steve Biko consolida-se como uma experiência educacional singular no contexto brasileiro, ao articular educação, identidade, território e cidadania. Sua atuação demonstra que a promoção da igualdade racial no campo educacional exige iniciativas que ultrapassem a lógica

meramente conteudista, incorporando práticas pedagógicas comprometidas com a emancipação social e o enfrentamento do racismo estrutural.



Figura 4- Sede do Instituto Cultural Steve Biko em Salvador.

Fonte: Site do Instituto Cultural Steve Biko,2022.

Um dos diferenciais do Instituto é a proposta pedagógica que articula formação acadêmica e identidade racial. As aulas não se limitam aos conteúdos tradicionais exigidos no vestibular, mas incorporam disciplinas relacionadas à história e cultura africana, filosofia negra e cidadania. Essa pedagogia de valorização identitária, conforme aponta Munanga (1999), constitui elemento central para a construção de trajetórias educacionais mais equitativas no contexto brasileiro.

Aguiar et al. (2006) destacam que a experiência da Biko não se restringe ao campo educacional, mas dialoga com dimensões religiosas, culturais e políticas da negritude. O Instituto cria um espaço de vivência comunitária no qual cultura, cidadania e identidade se articulam como práticas de resistência, fortalecendo a autoestima da juventude negra e promovendo a construção de uma consciência coletiva antirracista.

O impacto social do Instituto é visível nos resultados concretos alcançados ao longo de sua trajetória. Muitos de seus ex-alunos ingressaram em universidades públicas e se tornaram lideranças em diferentes áreas de atuação. Gomes (2017) observa que a Biko contribuiu significativamente para a democratização do ensino superior, ampliando as oportunidades de ascensão social para jovens negros de Salvador. Além disso, a experiência do Instituto foi pioneira ao inspirar debates e políticas de inclusão racial no campo educacional brasileiro.

Calazans (2022) interpreta a Biko como um “quilombo educacional”, ou seja, um espaço contemporâneo de resistência e emancipação que oferece não apenas acesso à educação formal, mas também uma nova narrativa para a juventude soteropolitana. Essa metáfora reforça a ideia de que a Biko é herdeira de uma tradição de luta coletiva iniciada nos quilombos históricos, atualizando-a em um contexto urbano e educacional.

Outro aspecto relevante é o diálogo internacional presente na atuação do Instituto. Inspirado em Steve Biko, liderança da Consciência Negra na África do Sul, o Instituto estabelece conexões entre a luta brasileira e os movimentos globais contra o racismo. Essa dimensão transnacional, apontada por Aguiar et al. (2006), insere a Biko em uma rede mais ampla de militância negra, demonstrando que experiências locais podem se articular a causas globais sem perder suas especificidades.

Historicamente, o acesso ao ensino superior no Brasil foi marcado por profundas desigualdades raciais. Embora as políticas de ação afirmativa tenham ampliado oportunidades, ainda persiste uma distância significativa entre estudantes negros e brancos no ingresso às universidades. Esse cenário histórico ajuda a compreender os dados apresentados a seguir.

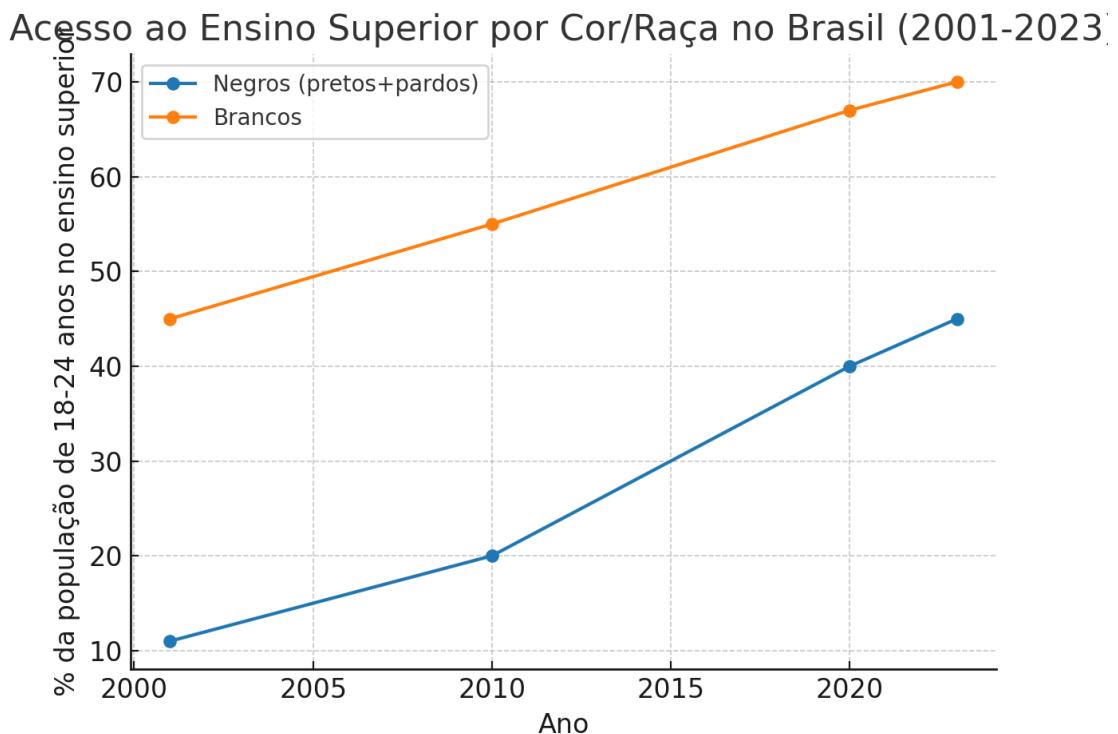


Figura 5- Taxa de acesso ao ensino superior no Brasil por cor/raça (2001–2023).
 Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais (2023).

Observa-se um crescimento expressivo da presença de jovens negros no ensino superior, sobretudo após a implementação da Lei de Cotas, em 2012. O Instituto Cultural Steve Biko insere-se nesse processo como protagonista, contribuindo de forma direta para o ingresso de estudantes negros em universidades públicas e privadas.

Por fim, o Instituto Cultural Steve Biko deve ser compreendido como um dos mais importantes espaços de resistência e emancipação negra no Brasil contemporâneo. Ao articular educação, cidadania e consciência identitária, o Instituto demonstra que o enfrentamento do racismo estrutural se concretiza na construção de alternativas reais de inclusão e transformação social. Como argumenta Dias (2019), iniciativas comunitárias que fortalecem vínculos identitários e produzem pertencimento tendem a gerar impactos duradouros na trajetória das juventudes periféricas. Nesse sentido, a proposta formativa da Biko aponta para a necessidade de que experiências semelhantes sejam incorporadas às políticas públicas de

educação básica, ampliando seu alcance para além da capital baiana e consolidando-se como referência de luta e esperança para as novas gerações.

7 IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 E O PAPEL DO INSTITUTO COMO REFERÊNCIA PRÁTICA

A Lei 10.639/2003 alterou a LDB para tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em toda a educação básica, incluindo a abordagem da luta dos negros no Brasil, da cultura negra e do papel do negro na formação da sociedade. O CNE detalhou o como fazer por meio do Parecer CNE/CP 3/2004 e da Resolução CNE/CP 1/2004, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). Essas normas enfatizam que não se trata de conteúdo periférico, mas de princípio transversal a todas as áreas.

Transcorrido mais de uma década, a literatura mostra que a implementação tem sido desigual entre redes e escolas. Souza e Pereira (2013) mapearam embates e percalços: desde resistências docentes e currículos engessados, até a escassez de materiais didáticos qualificados e a ausência de formação continuada. O resultado é um “currículo oculto” que mantém a centralidade eurocêntrica e deixa iniciativas de ERER circunscritas a datas comemorativas.

Estudos recentes reforçam que “uma coisa é a lei no papel, outra é a lei na prática”. Ao analisar processos coletivos de gestão escolar para a ERER, Da Cunha (2021) descreve que avanços ocorrem quando gestão, docentes, estudantes e comunidade constroem pactos, com planos de ação, acompanhamento e avaliação. Entre os fatores críticos estão: tempo institucional para formação, apoio das secretarias, recursos pedagógicos e redes com universidades, NEABs e movimentos negros.

É nesse ponto que experiências comunitárias como o Instituto Cultural Steve Biko, discutidas por Dias (2019), oferecem referências práticas para a implementação da lei. Primeiro, por sua pedagogia identitária — que integra conteúdos da ERER ao desenvolvimento acadêmico —, demonstrando que tratar África/diáspora não é “extra”, é estruturante do currículo. Essa abordagem responde ao desafio apontado por Souza e Pereira (2013) de superar ações pontuais e folclorizantes.

Segundo o Instituto Steve Biko, a organização opera como espaço formador de professores e multiplicadores: oficinas, rodas de estudo, materiais próprios e itinerários que articulam história, cultura e cidadania. Ao produzir e compartilhar sequências didáticas.

Terceiro, a Biko atua como ponte de gestão: seus protocolos de acompanhamento de turmas (metas, monitoramento de frequência, tutorias) são traduzíveis para a escola básica, inspirando planos de ERER com objetivos, indicadores (por exemplo, participação discente, produção de trabalhos autorais, feiras afro-brasileiras) e avaliação. É a materialização da “tessitura de processos coletivos” que Da Cunha (2021) identifica como chave para que a lei saia do papel.

Quarto, a experiência do Instituto evidencia que formação continuada com enfoque antirracista afeta expectativas e clima escolar: docentes relatam mais segurança para trabalhar temas sensíveis; estudantes reconhecem-se como sujeitos históricos; famílias aproximam-se do projeto pedagógico. Esses efeitos indiretos reduzem a ocorrência de racismo recreativo e de práticas discriminatórias no cotidiano, criando ambiente propício à ERER o que a literatura reconhece como condição de sustentabilidade das mudanças curriculares.

Por fim, como referência pública, o Instituto pode colaborar com redes de ensino por meio de convênios para formação, produção de materiais com licenças abertas, assessoria na revisão de PPP/PCs e incubação de projetos de grêmios e coletivos estudantis. Com isso, alinha-se ao espírito da Lei 10.639/2003 e das Diretrizes (2004): implementar não é apenas prescrever conteúdo, é gestão da mudança – pedagógica, institucional e cultural.

8 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir dos questionários aplicados a estudantes, professores e gestores do Instituto Cultural Steve Biko permitem compreender, de forma empírica, como a instituição impacta a identidade racial, a autoestima e o desempenho educacional da comunidade atendida. Os dados confirmam as análises presentes na literatura sobre educação antirracista e correspondem diretamente aos objetivos propostos nesta pesquisa.

8.1 Fortalecimento da identidade racial e consciência ancestral

Tanto no formulário aplicado a professores e gestores quanto no destinado aos estudantes, observou-se unanimidade em relação ao fortalecimento da identidade racial proporcionado pelo Instituto. No primeiro levantamento, 100% dos respondentes afirmaram que a Biko contribui diretamente para a consolidação da identidade negra. Entre os estudantes, igualmente, todas as respostas indicaram que as atividades da instituição reforçam a compreensão da identidade racial, combinando elementos pedagógicos e culturais que ampliam o sentimento de pertencimento.

Essa percepção dialoga com autores como Munanga (1999) e Gomes (2017), que destacam a educação identitária como ferramenta de emancipação e construção de autoestima. Os dados revelam que o Instituto tem conseguido promover uma pedagogia que articula ancestralidade, autoestima e formação acadêmica, alinhando teoria e prática.

8.2 Compreensão da ancestralidade africana

Outro dado relevante diz respeito à compreensão da ancestralidade africana. Em ambos os formulários, todos os participantes marcaram “Sim” ou “Parcialmente” para a questão que investigava se o Instituto amplia a consciência sobre a história e a cultura africana. Essa unanimidade indica que o conteúdo pedagógico desenvolvido pela Biko não apenas transmite informações, mas produz reconhecimento identitário profundo, funcionando como espaço de reconstrução de memória e valorização coletiva.

Esse resultado reforça os apontamentos de Dias (2019), segundo o qual experiências comunitárias negras atuam como territórios pedagógicos que articulam pertencimento, solidariedade e continuidade histórica.

8.3 Desempenho escolar e permanência educativa

A maioria contundente dos estudantes afirmou que o Instituto “melhorou muito” seu desempenho escolar, enquanto professores e gestores classificaram o impacto educacional como “positivo” ou “muito positivo”. Da mesma forma, a permanência na escola ou na universidade também foi reconhecida como fortemente influenciada pela atuação da Biko, com prevalência de respostas afirmativas em ambos os grupos investigados.

Esses dados dialogam com a literatura sobre políticas de acesso e permanência, como as análises de Theodoro (2022) sobre desigualdades raciais e de Calazans (2022) sobre os “quilombos educacionais”. Os formulários revelam que o Instituto funciona como ambiente protetivo e motivador para jovens negros, contribuindo para enfrentar a evasão escolar ainda elevada no estado da Bahia.

8.4 Adequação das práticas pedagógicas e educação antirracista

No conjunto de professores e gestores, 100% dos respondentes consideraram as práticas pedagógicas adequadas ou muito adequadas aos objetivos formativos do Instituto. Além disso, todos reconheceram que os materiais utilizados estão alinhados à proposta de educação antirracista. Entre os estudantes, as avaliações foram igualmente positivas, com predominância da classificação “muito relevantes”.

Esses dados evidenciam que a experiência pedagógica do Instituto Steve Biko atende às diretrizes da Lei 10.639/2003, especialmente no que se refere à valorização da cultura afro-brasileira e ao enfrentamento do racismo no ambiente educacional.

8.5 Enfrentamento do racismo e impacto comunitário

Outro eixo fundamental identificado nas respostas diz respeito ao enfrentamento do racismo. A ampla maioria dos participantes afirmou que o Instituto contribui para compreender e enfrentar situações de discriminação racial. Entre os

estudantes, a resposta mais marcante foi “Sim”, com poucas variações, enquanto professores e gestores reforçaram essa percepção.

Além disso, todos os estudantes afirmaram que o Instituto gerou mudanças positivas em suas vidas pessoais e comunitárias, com ênfase nos laços identitários, engajamento político e autoestima.

8.6 Impacto geral da Biko na formação educacional e cidadã

Por fim, ao avaliar o impacto global do Instituto, a maioria absoluta dos participantes assinalou “Muito alto”. Nenhum estudante ou profissional classificou o impacto como baixo ou negativo. Essa avaliação sintetiza a relevância da experiência pedagógica da Biko, que se apresenta como espaço de formação crítica, pertencimento, afeto e emancipação.

Os resultados empíricos confirmam, portanto, a tese central desta pesquisa: o Instituto Cultural Steve Biko desempenha papel decisivo na construção de uma educação antirracista, na valorização da ancestralidade africana e na promoção da autoestima da população negra de Salvador. As evidências quantitativas e qualitativas reforçam o que a literatura já anunciava, mas acrescentam concretude à análise, demonstrando que a Biko é, de fato, um território contemporâneo de resistência e transformação social.

8.7 A Steve Biko como Tecnologia Social Negra e Inovação Pedagógica

Os resultados demonstram que o Instituto Cultural Steve Biko atua de maneira que ultrapassa a função de espaço educativo convencional. As percepções de estudantes, professores e gestores revelam que a instituição se consolidou como uma tecnologia social negra, articulando identidade, formação crítica e pertencimento comunitário de forma integrada. A convergência das respostas positivas indica que a Biko mobiliza saberes ancestrais, práticas pedagógicas antirracistas e vínculos comunitários capazes de produzir transformações significativas nas trajetórias dos participantes.

O fortalecimento da autoestima, da consciência racial e da motivação escolar observado nos dados evidencia que o Instituto desenvolve uma prática formativa que combina acolhimento, rigor intelectual e valorização da ancestralidade africana. Esses elementos são pouco contemplados na educação formal, o que torna a experiência

da Biko particularmente relevante. Trata-se de uma atuação inovadora, que responde a lacunas estruturais do sistema educacional brasileiro, especialmente no que diz respeito à efetiva implementação da Lei 10.639/2003.

A análise dos resultados permite compreender que o modelo pedagógico da Biko possui potencial para inspirar políticas públicas. Esse potencial não se deve apenas ao impacto direto observado pelos participantes, mas também ao fato de demonstrar que uma educação antirracista consistente pode operar como instrumento de emancipação social e fortalecimento da cidadania. A experiência da Biko, portanto, ilumina caminhos concretos para ampliar a presença de práticas educativas que valorizem a história e a cultura negra no cotidiano escolar.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória desenvolvida nesta pesquisa permitiu compreender como a cidade de Salvador, marcada por profundas desigualdades históricas, raciais e territoriais, constitui simultaneamente um espaço de opressão e de resistência da população negra. Os capítulos dedicados à formação urbana da cidade, à constituição das periferias, à análise do racismo estrutural e às experiências de resistência cultural mostraram que os processos que estruturam a capital baiana não podem ser dissociados da história da escravidão, da segregação socioespacial e das disputas por dignidade e pertencimento.

Nesse cenário, o Instituto Cultural Steve Biko emerge como uma das expressões contemporâneas mais significativas da luta negra por educação, identidade e emancipação. Ao longo da investigação, tornou-se evidente que o Instituto não atua apenas como cursinho preparatório ou espaço formativo, mas como território político-pedagógico orientado pela valorização da ancestralidade africana, pela construção da consciência racial e pelo enfrentamento cotidiano do racismo. A revisão teórica e os dados empíricos dialogam de forma consistente no reconhecimento de que a Biko representa um modelo de educação antirracista que une formação acadêmica, identidade e cidadania.

Os resultados obtidos a partir dos questionários aplicados a estudantes, professores e gestores confirmam essa centralidade. A unanimidade das respostas positivas em relação ao fortalecimento da identidade racial, à compreensão da ancestralidade africana, ao impacto no desempenho escolar e à relevância das práticas pedagógicas revela a profundidade das transformações geradas pelo Instituto. O fato de todos os participantes reconhecerem mudanças significativas em suas vidas pessoais e comunitárias, bem como classificarem o impacto geral da Biko como “muito alto”, reforça que sua atuação ultrapassa o âmbito educacional, alcançando dimensões afetivas, políticas e coletivas da experiência negra em Salvador.

Essa percepção é coerente com autores como Dias (2019), que demonstra que territórios de resistência e redes comunitárias produzem vínculos, esperança e possibilidade de futuro. Também dialoga com Munanga (1999) e Gomes (2017), que enfatizam a centralidade da identidade na luta contra o racismo e na construção de projetos de vida para a juventude negra. A Biko se insere, assim, na tradição dos

blocos afro, dos movimentos negros da década de 1970 e das experiências quilombolas urbanos, afirmando continuidade histórica e inovação pedagógica.

A partir desses resultados, reafirma-se que iniciativas como a do Instituto Cultural Steve Biko não devem ser compreendidas como ações pontuais, mas como referências para políticas públicas estruturantes. A excelência de sua proposta pedagógica reconhecida por estudantes, docentes e gestores indica que modelos formativos baseados em identidade racial, pertencimento e consciência histórica podem e devem ser incorporados ao ensino médio brasileiro, ampliando o alcance de práticas que há décadas produzem efeitos concretos na trajetória educacional da juventude negra.

Por fim, esta pesquisa reafirma que combater o racismo estrutural implica reconhecer as desigualdades que atravessam a cidade, mas também valorizar os espaços que produzem dignidade, potência e mobilidade social. O Instituto Steve Biko ilumina caminhos possíveis e evidencia que a educação antirracista não é complemento, mas fundamento para um projeto de sociedade mais justo. A continuidade de estudos, parcerias e ações que fortaleçam essa experiência torna-se, portanto, não apenas desejável, mas necessária para enfrentar os desafios históricos que persistem no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Neusa Maria Mendes de; PEREIRA, Amélia Vitória de Souza; LOPES, Arivaldo Sacramento. **Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Salvador: EDUFBA, 2006.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BATISTA, Vera Malaguti. **O racismo estrutural no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2018.
- BRAGA, Júlio Santana. **Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor**. Salvador: Ianamá, 1987.
- CALAZANS, Emanuele. **Quilombos educacionais: experiências negras de resistência**. *Revista da ABPN*, v. 14, n. 41, p. 56-78, 2022.
- CAMPOS, Lucas Ribeiro. **Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861–1894)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- CARVALHO, Gabriel; ARANTES, João. **A urbanização desigual de Salvador**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 24, n. 3, p. 44-63, 2022.
- COELHO, Juliana. **Baianas de acarajé e economia informal em Salvador**. *Estudos Afro-Brasileiros*, v. 12, n. 2, p. 99-120, 2022.
- DA CUNHA, Luiz. **Gestão escolar e educação das relações étnico-raciais**. *Educação & Sociedade*, v. 42, p. 1-19, 2021.
- DA SILVA, Joselina. **Roma negra**: Salvador e a herança africana. *Cadernos de Estudos Africanos*, v. 35, p. 77-95, 2018.
- DA SILVA, Joselina. **Segregação urbana e periferias de Salvador**. *Revista de Estudos Urbanos*, v. 18, n. 1, p. 21-40, 2023.
- DE SOUSA, Carla; SANTOS, Leandro; OLIVEIRA, Tatiane. **Fotografia e periferia em Salvador**: narrativas de resistência. *Revista Estudos Culturais*, v. 20, n. 2, p. 55-72, 2022.
- DIAS, Clímaco César Siqueira. **Práticas socioespaciais e processos de resistência na grande cidade: relações de solidariedade nos bairros populares de Salvador**. 2017. Tese (Doutor em Geografia) — Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/25600/1/Climaco_Cesar_Siqueira_Dias_Tese_Doutorado_Final.pdf. Acesso em: (04/12/2025).
- GUERREIRO, Goli. **A trama dos tambores: a música afro-pop de Salvador**. São Paulo: Editora 34, 1992.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Ricardo. A segregação espacial em Salvador. *Revista Geográfica de Bahia*, v. 9, n. 2, p. 33-47, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP).
Sinopse estatística da educação básica 2023. Brasília: INEP, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LOPES, Felipe; ROSSETTO, João; FERNANDES, Marcos. **Planejamento urbano e PDDU de Salvador**. *Revista de Planejamento Urbano*, v. 28, n. 1, p. 15-30, 2024.

MEC – Ministério da Educação. **Relatório de monitoramento das cotas raciais no ensino superior 2023**. Brasília: MEC, 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Marcelo. **Trabalho urbano de escravizados em Salvador no século XIX**. *Revista Afro-Atlântica*, v. 7, n. 1, p. 101-118, 2021.

OLIVEIRA, Rosana. **O pré-vestibular Steve Biko e a educação antirracista**. *Revista da ABPN*, v. 4, n. 9, p. 45-59, 2012.

ORLANDI, Eni. **Cidade e colonização: o urbanismo em Salvador no século XVI**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

PINHO, Osmundo. **Reinvenções da África na Bahia**. São Paulo: Annablume, 2001.

RISÉRIO, Antonio. **Carnaval Ijexá: notas sobre afoxés e blocos afro**. Salvador: Corrupio, 1981.

RIBEIRO, João. **O Levante Malê e a identidade muçulmana em Salvador**. *Revista Brasileira de História*, v. 43, n. 90, p. 67-88, 2023.

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2022.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 2023.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2022.

- SANTOS, Valter; et al. **Presença muçulmana e resistência em Salvador**. *Revista Afro-Brasileira de História*, v. 12, n. 2, p. 111-134, 2022.
- SEYFERTH, Giralda. **Colonização, imigração e questão racial no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2002.
- SOUZA, Laura; PEREIRA, Adriana. **Implementação da Lei 10.639/2003: desafios e perspectivas**. *Educação e Pesquisa*, v. 39, n. 3, p. 741-758, 2013.
- SOUZA, Marina; et al. **Trabalho escravo urbano em Salvador no século XIX**. *Revista de História Social*, v. 13, n. 1, p. 201-219, 2010.
- SUZANO JUNIOR, Paulo. **Geografia e Levante Malê**: permanências e resistências no espaço urbano. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 82, n. 2, p. 45-64, 2021.
- THEODORO, Mário. **Racismo, racismo estrutural e desigualdades raciais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2022.
- VASCONCELOS, Fábio. **Colonialismo e modernidade em Salvador**. *Revista Tempo e Espaço*, v. 22, n. 2, p. 51-68, 2016.
- VASCONCELOS, Fábio. **Salvador e o sistema internacional moderno**: diáspora africana e escravidão. *Revista Brasileira de História*, v. 44, n. 91, p. 23-41, 2024.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO

1. Qual é o seu vínculo com o Instituto Cultural Steve Biko?
2. Há quanto tempo você atua ou participa das atividades do Instituto?
3. O Instituto contribui para o fortalecimento da identidade racial dos participantes?
4. As atividades desenvolvidas favorecem a compreensão sobre ancestralidade e história africana?
5. Na sua avaliação, o Instituto tem impacto positivo no desempenho educacional dos estudantes?
6. Você considera que o Instituto ajuda na permanência dos jovens na escola ou na universidade?
7. As atividades pedagógicas (oficinas, rodas de estudo, debates) são adequadas para os objetivos formativos?
8. Os conteúdos e materiais didáticos utilizados estão alinhados à proposta de educação antirracista?
9. O Instituto contribui para que estudantes e participantes enfrentem e compreendam situações de racismo?
10. De modo geral, qual é o impacto do Instituto Cultural Steve Biko na formação pessoal e acadêmica dos participantes?

ANEXO A – FOTO INSTITUTO CULTURAL STEVE BIKO

Instituto Cultural Steve Biko



Fonte: Steve Biko - 2024

Instituto Cultural Steve Biko



Fonte: Site do Instituto Cultural Steve Biko, 2018.



Fonte: Jeferson Benes - 2025

Instituto Cultural Steve Biko



Fonte: Site do Instituto Cultural Steve Biko, 2018/2019 – Sala de aula



Instituto Cultural Steve Biko

Acesso a bens cultural - Parque São Bartolomeu



Fonte: Steve Biko - 2019



Fonte: Jeferson Benes - 2025

Instituto Cultural Steve Biko

Acesso a bens cultural – Museu Geológico da Bahia-aula de campo - Centro Histórico de salvador



Fonte: Site Ivanete Peixoto - 2022



Instituto Cultural Steve Biko

Identidade/Autoestima
Jenerson Oliveira/Jenifer Oliveira/ Jeferson Benes



Fonte: Site do Instituto Cultural Steve Biko, 2019.